



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

## COMISSÃO PERMANENTE DE Constituição, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

### **REFERÊNCIA:**

**PARECER Nº 13**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 93/18** – PREFEITO MUNICIPAL – REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 4.004, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1981, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 176, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1992, QUE AUTORIZAM A DOAÇÃO DE IMÓVEIS À COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, PARA A CONSTRUÇÃO DE SUA FILIAL EM RIBEIRÃO PRETO.

Este Projeto de Lei Complementar, da lavra do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, trata, com **clareza, precisão e lógica**, de único objeto<sup>1</sup> – revoga a lei municipal nº 4.004, de 16 de novembro de 1981, e a lei complementar nº 176, de 24 de novembro de 1992, que autorizam a doação de imóveis à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, para a construção de sua filial em Ribeirão Preto.

Foi vazado em **correto vernáculo**, contendo os **atributos indispensáveis** a si (inovação, generalidade, abstratividade, Imperatividade e coercibilidade) e as partes **(a) preliminar** (epígrafe e ementa), **(b) normativa** (substantivo da matéria regulada) e **(c) final** (prazo de vigência, havendo revogação expressa e genérica de dispositivos no art. 2º), com 02 (dois) artigos e 09 (nove) laudas, incluindo justificativa<sup>2</sup>.

Enquadra-se na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inc. I, da CR), é pertinente à Lei Complementar (inc. VIII, do §1º, do artigo 35, da LOMRP) e de iniciativa exclusiva do Alcaide (art.71, XVIII, “a” da LOMRP).

A matéria não lesa o estatuído no art. 195 da Carta Magna, no art. 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 25 da Constituição Bandeirante<sup>3</sup>.

Justifica-se no descumprimento, pela cessionária, do disposto na Lei ora em revogação.

Nos termos do Of. Nº 2.706/2.018-CM e documentos acostados, a Procuradoria Geral do Estado foi notificada pela Administração Municipal, não tendo se manifestado sobre a revogação da doação após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias.

Em peroração, não é a hipótese de emissão de parecer sobre o mérito por esta Comissão (§ 3º, do art. 72, do RICMRP).

Estão obedecidos, portanto, os critérios de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, e o **PARECER**

<sup>1</sup> Inc. I, do art. 7º, da LC 95/98.

<sup>2</sup> Art. 112 do RICMRP.

<sup>3</sup> TJSP: ADI nº 2083683-08.2017.8.26.0000 e ADI nº 2160527-96.2017.8.26.0000.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**DESTA COMISSÃO É FAVORÁVEL ao projeto de lei complementar em análise, pugnando-se que seja aprovado pelo Soberano Plenário desta Casa de Leis (art. 36, do RICMRP).**

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2019.

**ISAAC ANTUNES**  
Presidente

**MARINHO SAMPAIO**

**DADINHO**

**MAURÍCIO VILA ABRANCHES**  
Relator

**MAURÍCIO GASPARINI**